

Atos Oficiais

Convocação JARI:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE JULGAMENTO A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI de Ribeirão Pires, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.337/99 faz saber que no dia 15/07/2021 às 17:30 horas na Rua João Duarte nº56, Centro– Ribeirão Pires / SP, será julgado o recurso interposto contra penalidade de trânsito imposta pela Secretaria de Segurança, Mobilidade Urbana e Defesa Civil da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, na seguinte ordem: 25/2021. Ribeirão Pires, 14 de Julho de 2021. Andressa Cristine Soares dos Santos - PRESIDENTE DA JARI.

Decretos e Leis:

LEI Nº 6.595, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a inclusão dos canais de proteção à Mulher Vítima de Violência nos sítios eletrônicos da Prefeitura e do Legislativo Municipais, da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Edmar Donizete Oldani)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Os Poderes Executivo e Legislativo promoverão a divulgação, em seus respectivos sítios eletrônicos, dos canais de denúncia de violência contra a mulher, em ícone a ser disponibilizado na página principal, a relação de instituições e serviços oferecidos à Mulher Vítima de Violência.

Parágrafo único- Considera-se, para fins desta Lei, que violência doméstica e familiar é aquela prevista na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)

Art. 2º- São considerados como canais oficiais para denúncia aqueles que são disponibilizados no âmbito dos órgãos dos Poderes Municipal, Estadual e Federal, especificamente:

- I - Número 190 (Polícia Militar);
- II - Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher);
- III - Sítio eletrônico da Delegacia Eletrônica de Polícia Civil do Estado de São Paulo;
- IV – Guarda Civil Municipal - (11) 4825-2318;
- V – Rede de Atendimento do Ministério Público Estadual - (11) 3275-8000;
- VI - Eventual canal criado por qualquer outra legislação no âmbito do municipal voltado ao registro e enfrentamento à violência contra mulher.

Art. 3º - Integram esta relação de serviços de Proteção a Mulher Vítima de Violência e deverão constar nos sites oficiais:

- I – Guarda Civil Municipal;
- II - Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher;
- III – Coordenadoria de Mulheres;
- IV – CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
- V- Órgãos da Defensoria Pública da Mulher;
- VI - Outras instituições e serviços que vierem a ser criados;

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 11 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JÚNIOR
Secretário de Governo

Processo Administrativo nº 044/2021-CM - nº 2448/2021 -PM
Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.592, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Denomina de “Praça Hidelbrando Cardoso dos Santos” a área pública situada na Rua Tupinikins, no bairro Pouso Alegre, Ribeirão Pires, e dá outras providências.- (Autoria: Vereador Edmar Donizete Oldani)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de “Praça Hidelbrando Cardoso dos Santos” a área pública situada ao lado do número 333, da Rua Tupinikins, localizada no bairro Pouso Alegre, Ribeirão Pires.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 11 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JÚNIOR
Secretário de Governo

Processo Administrativo nº 033/2021-CM - nº 2075/2021 -PM
Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.593, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo no âmbito do município da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Diogo Dantas Manera)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º É assegurada a reserva, para gestantes durante todo o período gestacional e pessoas acompanhadas de crianças de colo com até dois anos de idade, de vagas preferenciais nos estacionamentos públicos e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade e acessibilidade aos beneficiários.

Parágrafo único: Para os fins da presente lei, entende-se como estacionamento público tão somente o espaço destinado as vagas do estacionamento do Paço Municipal.

Art. 2º A localização de vagas especiais de estacionamento deve ser escolhida de modo a oferecer à gestante e/ou pessoa com criança de colo, facilidade de acesso devendo, preferencialmente, serem alocadas ao lado das vagas reservadas a idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

Art. 3º A presente Lei somente será aplicada em estacionamentos públicos em área privada, com mais de 15 (quinze) vagas.

§1º As vagas que se refere o **caput** deste artigo deverão ser em número equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) do total, garantida, no mínimo, uma vaga devidamente sinalizada.

§2º A utilização de vagas se dará mediante a apresentação de documentação que comprove a gravidez ou certidão de nascimento da criança, conforme posterior regulamentação.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, inclusive no tocante a fiscalização e aplicação de multas.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor em 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 11 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

DANIEL GONÇALVES DO CARMO JÚNIOR
Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil
Processo Administrativo nº 035/2021-CM - nº 2305/2021 -PM
Publicada no órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.626, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Autoriza Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre Município de Ribeirão Pires e o Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre o Município de Ribeirão Pires e o Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires - IMPRERP, no valor de R\$ 7.458.032,56 (Sete milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), com os acréscimos do artigo 2º, correspondente ao saldo consolidado das contribuições previdenciárias patronais vencidas no período de fevereiro/2020 a dezembro/2020, em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e consecutivas.

Parágrafo único. Fica excluído do referido parcelamento toda e qualquer parcela referente à contribuição do servidor público descontado da folha de pagamento e não repassada ao IMPRERP.

Art. 2º Para a apuração do montante devido, os valores originais serão atualizados pelo índice INPC/IBGE, acrescido de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração e multa de 2% (dois por cento), nos termos do artigo 92, da Lei Municipal nº 5.751/2013.

Art. 3º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

CLAYTON SOARES DOS SANTOS
Superintendente do IMPRERP

Processo Administrativo nº 484/2021- PM
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Miguel Prisco, nº 288, Centro, Ribeirão Pires, SP, CEP 09400-110, inscrito no CNPJ sob o nº 46.522.967/0001-34, doravante denominado DEVEDOR, representado neste termo pelo Sr. _____, prefeito, portador do CPF nº _____ e do RG nº _____ - SSP/SP, residente e domiciliado na rua _____ Ribeirão Pires, SP, CEP _____ e o Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, Autarquia Municipal, instituída pela Lei Municipal nº **4.660**, de 11 de dezembro de 2002, inscrito no CNPJ sob o nº 05.481.291/0001-09, situado na Avenida Fortuna, nº 135, Centro, Ribeirão Pires, SP, CEP 09400-320, neste ato representado pelo Sr. _____, Superintendente, portador do CPF nº _____ e do RG nº _____ - SSP/SP, residente e domiciliado na Rua _____

_____, Ribeirão Pires, SP, CEP _____, doravante denominado CREDOR, com fundamento na Lei Municipal nº 5.751, de 23 de setembro de 2013, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires é CREDOR, junto ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires da quantia de R\$ 7.458.032,56 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), correspondente às contribuições previdenciárias devidas e não pagas ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, no que diz respeito à parte patronal das competências de fevereiro de 2020 a dezembro de 2020, incluindo a contribuição patronal incidente sobre o 13º salário, conforme planilha anexa à cláusula segunda.

Pelo presente instrumento o Município da Estância Turística de Ribeirão Pires confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O **DEVEDOR** renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento desde que relativas ao mesmo período.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento

Os valores originais referentes às contribuições da parte patronal das competências de fevereiro de 2020 a dezembro de 2020, incluindo a parcela do 13º salário estão discriminados:

CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

IMPRERP PATRONAL FUNDO PREVIDENCIÁRIO	
COMPETÊNCIA	PREV. (A PAGAR)
COMP. 02/2020	R\$ 617.801,71
COMP. 03/2020	R\$ 619.285,20
COMP. 04/2020	R\$ 617.792,03
COMP. 05/2020	R\$ 615.705,45
COMP. 06/2020	R\$ 615.735,01
COMP. 07/2020	R\$ 617.687,97
COMP. 08/2020	R\$ 616.802,54
COMP. 09/2020	R\$ 621.128,96
COMP. 10/2020	R\$ 616.227,77
COMP. 11/2020	R\$ 627.265,15
COMP. 12 /2020	R\$ 638.833,11
13ºSAL/2020	R\$ 633.767,66
TOTAL	R\$ 7.458.032,56

O montante de R\$ 7.458.032,56 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), após as atualizações previstas no artigo 92, da Lei Municipal nº 5.751/2013, serão pagos em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas.

A primeira parcela, vencerá em 10/07/2021 e as demais parcelas, na mesma data dos meses ulteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas na data fixada, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, as mesmas serão atualizadas pelo índice do INPC/IBGE, acrescido de juros de 0,5 % (meio por cento) ao mês ou fração e multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor atualizado, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida, objeto do parcelamento constante deste instrumento, é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Correção

Os valores devidos foram atualizados pelo índice INPC/IBGE, acrescido de uma taxa de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração e multa de 2% (dois por cento) incidentes sobre as contribuições não recolhidas devidamente atualizadas pelo índice retro, acumulados desde a data do vencimento até a data da assinatura do presente termo de acordo.

Parágrafo único. as parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo índice INPC/IBGE, acrescido de uma taxa de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, incidente sobre as contribuições não recolhidas devidamente atualizadas pelo índice retro acumulados desde a data da assinatura do presente termo de acordo até a data do efetivo pagamento, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

CLÁUSULA QUARTA - Da Retenção

O DEVEDOR autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, e o repasse ao CREDOR na Agência 0869-9, Conta 38586-7, do Banco 01 (Banco do Brasil) referente ao Fundo Financeiro e Agência 0869-9, Conta 38587-5, do Banco 01 (Banco do Brasil) referente ao Fundo Previdenciário, do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, atualizado pelo índice INPC/IBGE, acrescido de uma taxa de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, na data do seu vencimento.

CLÁUSULA QUINTA - Da Rescisão

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se o DEVEDOR à sua cobrança judicial, atualizado pelo índice INPC/IBGE, acrescido dos juros de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, a contar da data da última parcela paga até a da inscrição da dívida, e honorários advocatícios.

CLÁUSULA SEXTA - Da Definitividade

A assinatura do presente termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Publicidade

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal ou fixação em mural.

CLÁUSULA OITAVA - Do Foro

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca do Município de Ribeirão Pires, São Paulo.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 3 (três) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas)

testemunhas.

Ribeirão Pires, _____ de _____ de 2021

CLÓVIS VOLPI
Representante Legal do Município

CLAYTON SOARES DOS SANTOS
Representante Legal da Unidade Gestora

Testemunhas:

Nome:
CPF

Nome
CPF

LEI Nº 6.625, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Altera a Lei nº 4.622, de 07 de agosto de 2002, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 35 da Lei nº 4.622, de 07 de agosto de 2002, alterado pela Lei 6.234 de 26 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 35.....

§1º O subsídio de que trata o caput deste artigo fica fixado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo o índice de correção e a data de reajuste os mesmos aplicados aos servidores municipais;

2 – Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do subsídio mensal, não podendo cada Conselho funcionar com menos de cinco Conselheiros Tutelares;

6 - Cartão-Alimentação no valor de R\$ 206,98 (duzentos e seis reais e noventa e oito centavos), corrigido pelo mesmo índice aplicado no reajuste do benefício aos servidores municipais;

7 – Sempre que o Conselheiro Tutelar titular entrar em gozo de férias, será convocado o suplente para assumir as funções, sendo vedado o funcionamento do Conselho com menos de 05 Conselheiros, em consonância com o artigo 132 da Lei Federal nº 8.069/1990;

8 - Em dezembro de cada exercício, será apurado o período que o Conselheiro Tutelar suplente assumiu o Conselho, para pagamento proporcional da gratificação natalina, sendo considerado fração superior a 15 dias como mês completo para fins de apuração da proporcionalidade;

9 – Será apurado, no final do mandato, por quantos meses o Conselheiro suplente assumiu o Conselho, para fins de indenização de férias proporcionais.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta da dotação orçamentária própria, suplementadas caso necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2021 – 307º Ano da Fundação de 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

LEONARDO PENNA DI BIAZZI
Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social

Processo Administrativo nº 3376/2017 – PMRP
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.

Obras do MAAC:

RESOLUÇÃO N.º 01/2021 – AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR OBRAS DO MUSEU ABERTO DE ARTE CONTEMPORÂNEA (MAAC). O Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural e Natural de Ribeirão Pires, instituído pela Lei Municipal n.º 4.235, de 14 de abril de 1999, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação favorável da maioria do plenário deste Conselho, no dia 13 de julho de 2021, tudo conforme Ata de sua 1ª sessão ordinária, RESOLVE: Art. 1º – Em atendimento ao art. 2º, inciso II, da Lei Municipal n.º 6.043, de 10 de dezembro de 2015, fica autorizada a transferência de obras do Museu Aberto de Arte Contemporânea (MAAC), conforme relação: Da Avenida Prefeito Valdério Prisco para o Parque Municipal Professor Luiz Carlos Grecco – Touro I, patrimônio n.º 42.800: escultura em aço inox; Da Avenida Prefeito Valdério Prisco para o Parque Oriental Milton Marinho de Moraes – Peixe grande, patrimônio n.º 42.805: escultura em aço inox; Do Teatro Municipal Euclides Menato para a Escola Municipal de Artes – Jornalista, sem patrimônio; Artista, sem patrimônio; Conjunto de três mulheres (bailarinas) de parede, patrimônio n.º 44.981; Cascata de máscaras, patrimônio n.º 45.021; Torre de máscaras, patrimônio n.º 42.807; Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Ribeirão Pires, 14 de julho de 2021. RICARDO DI GIORGIO, Presidente.